

1. O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa "Produção e uso da moradia: alternativas no contexto socioeconômico contemporâneo", financiado pelo CNPq entre março de 2005 e fevereiro de 2008.

2. Arquiteta, mestre e doutora em Filosofia pela UFMG, professora adjunta do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG, coordenadora do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras).

3. Arquiteta, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, professora assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Minas da UFOP, pesquisadora do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras).

NA COZINHA DOS MODERNOS¹

IN MODERN'S KITCHEN

Silke Kapp²
Sulamita Fonseca Lino³

Resumo

Este artigo discute o espaço da moradia e suas inovações modernas na perspectiva do trabalho de reprodução, isto é, do trabalho prioritariamente feminino e não remunerado, realizado no âmbito doméstico. Inicialmente são recuperados alguns conceitos e desenvolvimentos históricos-chaves para essa discussão no contexto da sociedade urbana industrializada. Em seguida analisam-se três abordagens do trabalho de reprodução propostas por arquitetos modernos por volta de 1930: uma de socialização, uma de racionalização e uma de obliteração.

Palavras-chave: Movimento moderno; Trabalho de reprodução; Cozinha; Espaço doméstico.

Abstract

This paper discusses the dwelling space and its modern innovations in the perspective of reproduction labor, that is, labor mostly unpaid and carried out by women in the domestic realm. Initially, it focuses on some key concepts and historical developments of the issue in industrialized urban society. There follows an analysis of three different approaches to reproduction labor by modern architects around 1930: socialization, rationalization and obliteration.

Key words: Modern movement; Reproduction labor; Kitchen; Domestic space.

Nas pinturas **Morro da Favela** (1924) de Tarsila do Amaral e **Morro Vermelho** (1926) de Lasar Segall as favelas eram belas: luz tropical, palmeiras e cactos verdes, casas coloridas, lago cristalino, roupas no varal, vida ordeira de mães sensuais e filhos fortes. Os dois quadros decoravam, em 1930, a sala da casa de Gregori Warchavchik à rua Itápolis em São Paulo, como parte da muito bem-sucedida **Exposição da Casa Modernista**. Intuito da exposição era apresentar à elite paulistana o modo de vida moderno e festejar um programa artístico de aproximação do povo e afastamento de uma cultura aristocrática decadente (MICHELI, 2003).

Considerando-se que na estrutura social do Brasil daquela época as pessoas representadas nos quadros de Tarsila e Segall são operários e empregados domésticos, há uma paradoxal contradição nesse evento. As casas de Warchavchik – ícones da historiografia da arquitetura modernista no Brasil, que lhe renderam a representação da América Latina nos CIAM – têm a ordem da tradicional casa burguesa. Ainda que fossem ditas racionais, funcionais e econômicas, ainda que resumissem certos espaços e eliminassem ornamentos, mantêm a clara setorização de áreas de serviço, social e íntima. Isso significa que, por ocasião da dita exposição, os convidados apreciam na sala pinturas que celebram a beleza e a exuberância das mesmas pessoas (sobretudo mulheres negras pobres) que trabalham na cozinha preparando os canapés. E mais, a arquitetura de Warchavchik parece harmonizar com os dois termos dessa contradição. Ela reitera a práxis social desigual com seu espaço segregador e, por outro lado, atende aos ímpetos subversivos cultivados na sala, com suas formas simbolicamente isentas dos símbolos de distinção (os ornamentos). A casa é, a um só tempo, forma aparentemente avançada e espaço confortavelmente conservador.

A investigação da qual resultou o presente artigo iniciou-se pela discussão do paradoxo acima apontado. A partir dele começamos a examinar as relações cotidianas que os espaços criados pelos arquitetos modernos por volta de 1930 efetivamente privilegiavam. Entramos na “cozinha dos modernos”, para compreender como abordaram o trabalho doméstico, mas também para conhecer um pouco mais de suas – talvez irrefletidas – convicções. Isso nos levou mais longe do que supúnhamos, pois revelou o quanto o debate em torno da moradia, tão cultivado no campo arquitetônico durante o século XX, iniciou-se passando ao largo de uma crítica das relações de dominação das quais a moradia é sede e que, em última análise, sustentam a sociedade industrial.

O texto que se segue começa por recuperar alguns conceitos essenciais a essa crítica, como a noção de trabalho de reprodução, para depois examinar brevemente os espaços desse trabalho propostos por arquitetos em três circunstâncias diversas: Moscou, Frankfurt e, retornando ao ponto de partida, a Rua Itápolis.

Reprodução, produção e trabalho doméstico

Reprodução é a produção para a permanência de determinado estado de coisas, a começar pela subsistência orgânica dos indivíduos e pela subsistência da espécie, mediante a procriação. Essas são as bases e condições de possibilidade de qualquer sociedade humana. Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto, nem teria quem a realizasse: “O ato produtivo é, em si mesmo, despojado de sentido, ou seja, absurdo, uma vez concebido isoladamente, descontextualizado do processo reiterativo, reprodutivo, no qual está indissolivelmente inserido” (MOURA, 2001, p. 35, cf. LUXEMBURG, 1976). Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção, ainda que, do ponto de vista gramatical, isso pareça estranho.

O estranhamento advém do fato de a nossa terminologia relacionada ao trabalho ser cunhada pelo produtivismo, que considera as atividades humanas à medida que geram riquezas acumuláveis. Centro do pensamento econômico-político moderno, seja de orientação progressista ou conservadora, seja de direita ou de esquerda, é a produção estruturada pela relação entre capital e trabalho. A subsistência humana e suas qualidades compõem nesse pensamento sob o termo “reprodução”, porque fazem parte do processo que restaura as condições de partida de um ciclo produtivo, no que diz respeito à disponibilidade da mercadoria trabalho, para que um novo ciclo possa começar. Meios e fins se invertem: a existência de pessoas se torna um meio para a produção, e não o seu objetivo.⁴

4. Isso vale também para a expressão “reprodução ampliada”, comumente utilizada como sinônimo do aumento dos bens disponíveis à massa de consumidores. Em rigor, reprodução simples é aquela em que o novo ciclo terá produtividade igual ao primeiro, enquanto reprodução ampliada é aquela em que o novo ciclo incorpora em suas condições de partida resultados acumulados anteriormente, tornando-se mais produtivo do que o primeiro. Ou seja, reprodução ampliada significa essencialmente produção ampliada, e não vida melhor, ainda que ela possa ter por efeito colateral o aumento do consumo individual

Já nas formações sociais em que o trabalho assalariado não existe ou contribui pouco para a subsistência, como nas sociedades pré-capitalistas, as atividades de produção e as de reprodução pouco diferem entre si. As mesmas ações geram tanto produtos de uso próprio (reprodução), quanto produtos destinados ao mercado. O espaço da moradia, nesse caso, é estruturado pelo trabalho, mas a ele se mesclam diretamente todos os outros significados e ações da vida doméstica, desde procriação e religiosidade até entretenimento e convívio social. Nas sociedades industriais urbanas, em que domina a separação econômica e cultural entre a reprodução doméstica e produção geradora de riquezas, essas relações espaciais se transformam: o espaço do trabalho não é mais o espaço de moradia, de criação dos filhos ou de lazer, da mesma maneira que o tempo do trabalho (assalariado) e o tempo dito livre não se misturam.

Isso não significa, entretanto, que o trabalho doméstico tenha deixado de existir nessas sociedades industriais urbanas. Pelo contrário, estima-se que até hoje mais da metade de todo o trabalho humano seja trabalho de reprodução não remunerado, realizado prioritariamente pelas mulheres no espaço doméstico. Tal trabalho apenas perdeu seu caráter autoevidente e, entre tentativas de socializá-lo, racionalizá-lo ou modernizá-lo tecnologicamente, acabou sendo obliterado. (Obliterar é o oposto de esclarecer: fazer esquecer,

obscrecer, ocultar, diminuir, reduzir). A obliteração se evidencia, por exemplo, no seguinte fato:

O produto nacional não engloba o trabalho não-remunerado das donas de casa; engloba porém o produto do trabalho das empregadas domésticas, por ser remunerado. O que leva ao curioso paradoxo de que o produto nacional diminui cada vez que um patrão casa com a empregada e a transforma em dona de casa, embora a produção realizada pela referida senhora continue a mesma. (SINGER, 2003, p. 13)

De meados do século XIX a meados do século XX surgiram muitas propostas inovadoras do espaço habitacional, porque a reinvenção da moradia parecia indispensável ao equacionamento da sociedade industrial. Mas, não obstante as inovações, as relações fundamentais entre trabalho assalariado de produção e trabalho gratuito de reprodução persistiram: o primeiro domina o segundo e, ao mesmo tempo, é sustentado por ele. Portanto, não se trata simplesmente de um problema simbólico ou de uma questão de “reconhecimento” do trabalho doméstico. Fato é que o modo de produção capitalista industrial não seria capaz de prover sua própria reprodução se não contasse com essa parcela imensa de sobretrabalho.

Nesse contexto, cabe lembrar que o Código Napoleônico (1804) e muitas outras constituições burguesas às quais ele serviu de modelo definiam as mulheres como pessoas não dotadas de razão, incapazes de responder por seus próprios atos e necessariamente submissas ao pai ou ao marido. Na estrutura familiar formal da sociedade europeia oitocentista, o homem tem o dever de sustentar a família e o direito de dispor da mulher para ajudá-lo – em qualquer sentido. A mulher, por sua vez, só pode ter atividades remuneradas independentes se não prejudicarem os chamados “deveres de mãe e esposa” (o trabalho de reprodução). Mesmo assim, a quase totalidade das mulheres das classes mais pobres realizava trabalhos extradomésticos para sustentar a família, além do trabalho doméstico que lhe cabia por lei. O censo austríaco de 1869, por exemplo, mostra que metade de todos os trabalhadores do comércio e da indústria eram mulheres. Não é de estranhar, portanto, que os movimentos feministas organizados tenham começado nesse período, marcado pelo engajamento das mulheres nos eventos revolucionários de 1848 ou na Comuna de Paris (1871).

Algumas lutaram nas barricadas durante a revolução de fevereiro, mas foram muitas mais as que participaram na acentuada luta de rua de junho de 1848. As mulheres de Paris lutaram com tanta decisão quanto os homens (...). Ainda que algumas tenham se limitado a carregar e limpar as armas, outras dirigiram grupos de combate integrados só por homens. A atividade política das mulheres se restringiu depois que se reprimiu o levante dos “dias de junho”, mas muitas haviam aumentado sua consciência social e política. (TODD, 2000, p. 135. Tradução nossa)

Dos teóricos da economia política clássica, quem levou mais longe a crítica do trabalho de reprodução foi provavelmente John Stuart Mill (1806-1873), também um dos primeiros homens a defender os direitos civis das mulheres, incluindo sufrágio, educação, propriedade privada, acesso ao mercado de trabalho e nível salarial. Mill, um autor paradigmático do pensamento liberal, parte da curiosa convicção de que o trabalho doméstico feminino, mais do que desnecessário, seria socialmente maléfico. Para ele, o fim da coerção masculina e a implementação de carreiras femininas fora do “departamento mais humilde da vida” aumentariam a riqueza da nação, transformariam as relações carnis entre os sexos em relações de caráter intelectual e, assim, solucionariam até mesmo o problema da superpopulação.

É por devotar a metade da espécie humana a essa função exclusiva [de procriação], por ela preencher toda a vida de um dos sexos e se imbricar em quase todos os objetos do outro, que o instinto animal em questão é alimentado até a desproporcional preponderância que teve até agora na vida humana. (MILL, 1909, s.p. Tradução nossa)

Um século e meio depois, muitos dos ideais de Mill se realizaram no mundo industrializado: as mulheres se integraram ao mercado “livre”, bem ou mal têm acesso à educação como os homens, conquistaram certa independência financeira e costumam ter menos filhos. Mas para a maioria delas continua existindo o trabalho doméstico não mercantil e não monetário, que Mill desqualifica. Esse trabalho feminino apenas passou a oscilar entre dois polos de dominação: a dominação doméstica pelo homem e a dominação pelo capital; ou, para dizê-lo em outros termos, entre um falso idílio doméstico e uma falsa identificação da liberdade com a liberdade de vender a própria força de trabalho no mercado. Talvez as mulheres que participaram dos movimentos revolucionários do século XIX tenham compreendido essa aporia melhor do que muitas feministas que as sucederam, pois não estavam interessadas simplesmente numa emancipação nos termos de Mill, com direitos políticos ou liberdade de mercado, mas numa organização social radicalmente transformada.

Marx também aborda a questão do trabalho doméstico, começando pela disseminação do sistema putting out, isto é, a distribuição de matéria-prima às famílias com posterior recolhimento das mercadorias transformadas. O putting out introduz a lógica fabril no espaço doméstico sob o comando das mulheres:

Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. (MARX, 2004, p. 525)

Para os nossos propósitos, podemos compreender o sistema putting out como transição da moradia tradicional (unidade de produção), para a forma de moradia que pre-

valecerá nos países capitalistas industrializados até a década de 1930 (unidade de reprodução). No momento em que penetra no espaço doméstico, a lógica fabril modifica a percepção do trabalho de reprodução, tornando-o secundário frente à atividade geradora de renda. Quando, mais tarde, essa atividade é deslocada para o espaço da fábrica, a moradia parece tornar-se um oásis do não-trabalho, embora o trabalho de reprodução continue sendo executado ali. O ônus dessa obliteração fica com as mulheres das classes não proprietárias, agora integradas ao mercado de trabalho e ainda responsáveis pela manutenção da vida doméstica.

Marx entende que o trabalho assalariado feminino, possibilitado pela substituição de força física por maquinário, é uma maneira de o capital ampliar duplamente a exploração do material humano. Por um lado, a disponibilidade de trabalho feminino aumenta a oferta de trabalho em geral, pressionando os salários. Por outro lado, cai o valor real do trabalho, porque o salário, determinado “não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família” (MARX, 2004, p. 452), é dividido por dois membros da família (ou mais de dois, quando há trabalho infantil). Assim, cai o custo de reprodução do trabalhador, que inclui a “produção” dos filhos, e aumenta a mais-valia relativa.

Além dessa “otimização” da exploração, o trabalho feminino acarreta outra vantagem para o capital, pois incrementa a necessidade de consumo de mercadorias, isto é, reifica e mercantiliza a reprodução.

Uma vez que não podem ser suprimidas inteiramente certas funções da família, tais como cuidar de crianças e amamentá-las, têm as mães de família confiscadas pelo capital de arranjar algo que as substitua. Os trabalhos necessários na vida familiar, como costurar e remendar, têm de ser substituídos pela compra de mercadorias fabricadas. Ao menor dispêndio de trabalho doméstico corresponde maior gasto de dinheiro. Os custos de manutenção da família do trabalhador aumentam até se contrabalançarem com a receita suplementar. Acresce que se tornam impossíveis a poupança e o discernimento no uso e na preparação dos alimentos. (MARX, 2004, p. 452-453)

A passagem citada mostra que Marx, ao contrário de Mill, reflete sobre as contradições do trabalho assalariado feminino e não o identifica simplesmente com emancipação ou liberdade. Transparece aí também a diferença entre a porção do trabalho de reprodução que é passível de substituição por mercadorias e a porção desse trabalho que não o é. “Cuidar de crianças e amamentá-las” é uma atividade que não tem a mesma natureza de “costurar e remendar”; porque não pode ser substituída pela compra de mercadorias. De modo análogo, “o discernimento no uso e na preparação dos alimentos” indica uma operação qualitativa que a produção em massa de alimentos não tem.

Teóricos mais sexistas do que Mill e mais conservadores do que Marx, interessados em manter as mulheres no seu lugar tradicional, são os que mais enaltecem essas características qualitativas do trabalho de reprodução. Em 1891, o antissocialista Edward Stanley Robertson escreve um capítulo de **A plea for liberty** (livro organizado por Thomas Mackay e publicado pela Liberty and property defence league), no qual procura demonstrar a “inviabilidade do socialismo”, argumentando que não se pode contabilizar nem socializar o trabalho da esfera doméstica. “Como o socialismo regularia as horas ou estimaria o valor do serviço doméstico? [...] Qual é o valor do ‘tempo de trabalho social’ da mulher de um operário durante o parto e o subsequente afastamento do trabalho da comunidade?” (ROBERTSON, 1891, s. p. Tradução nossa).

Eugen Richter, político liberal da Alemanha de Bismark, argumenta na mesma linha. Na sátira intitulada **Sozialdemokratische Zukunftsbilder** (imagens do futuro social-democrata, 1891), tenta enfatizar o caráter qualitativo e não contábil do trabalho de reprodução. A ficção de Richter narra o cotidiano numa Alemanha pós-revolucionária pela voz de um operário inicialmente entusiasta da nova ordem, mas que pouco a pouco tem suas expectativas frustradas. Trata-se de mostrar aos leitores que, ao fim e ao cabo, qualquer forma de socialismo pioraria a vida de todos, por mais que se tente vê-la com bons olhos. No capítulo sobre “As novas cozinhas estatais”, Richter descreve uma instituição semelhante a cantinas de instituições militares ou prisionais: serve-se o mesmo prato e a mesma porção a todos, o tempo de refeição é cronometrado por policiais e não há nenhuma espécie de sociabilidade entre os comensais, cujo agrupamento, de qualquer forma, resulta da distribuição de senhas e não de afinidades.

Para cada homem, a cada dia, sua porção de carne! (...) É verdade que as porções de carne poderiam ser um pouco maiores, mas nosso prudente governo adotou o inteligente princípio de não oferecer mais carne do que a média consumida aqui antes. Depois as coisas serão diferentes e com o passar do tempo teremos muito mais e em maiores quantidades. (...) Mas há algo que tem sido difícil. É a preocupação que minha boa esposa demonstra. Está muito nervosa e seu estado piora a cada dia. (...) As cozinhas estatais também não lhe agradam. Diz que a comida é ração de acampamento e um pobre substituto das saudáveis refeições que costumávamos ter em nossa própria casa. Queixa-se de que a carne passou do ponto, o caldo está ralo e coisas do gênero. Também diz que perde o apetite ao saber de antemão o que comerá durante toda a semana. (...) Antes se alegrava quando saíamos de vez em quando, pensando que nesse dia evitaria o problema de cozinhar. Bom, são coisas de mulher. Elas sempre têm o que reclamar da comida dos outros. (RICHTER, 1891, s.p. Tradução nossa)

Não obstante os propósitos conservadores de Richter, sua sátira indica o quanto a natureza da reprodução difere da lógica da produção. No registro da produção dominam planejamento, estratégia e controle rigoroso de tempo e recursos, seja pelo Estado, seja pelo capital privado. No registro da reprodução prevalecem procedimentos contrários à predeterminação – “perde o apetite ao saber de antemão” –, prezam-se qualidades específicas em lugar de quantidades e não há interesse pelo crescimento linear, nem pela acumulação.

Efetivamente, o trabalho de reprodução não é acumulável. À revelia do aspirador de pó, do freezer, da inseminação artificial e de toda a imensa produção de mercadorias destinadas ao consumo doméstico, não se pode limpar a poeira de amanhã, nem matar a fome da semana que vem ou gestar os filhos da década seguinte. Se o aumento das forças produtivas de uma sociedade tende a reduzir o trabalho necessário à reprodução, ainda assim uma grande parcela desse trabalho não pode ser mercantilizada, racionalizada ou socializada. Mesmo que muitas mercadorias estejam disponíveis e os salários efetivamente permitam comprá-las, a criação dos filhos, a manutenção da moradia, o cuidado com os doentes e até mesmo o consumo concreto envolvem um trabalho não reificável, sem o qual nenhum outro tipo de trabalho seria possível.

A vida humana se realiza no e pelo espaço, e a estrutura desse espaço concretiza as relações sociais, sob todos os aspectos. No âmbito da reprodução não é diferente. Por isso, como já indicado na introdução ao presente texto, a leitura da “cozinha dos modernos” aqui proposta em três exemplos se destina a compreender as formas de organização do trabalho de reprodução que subjazem às inovações almeçadas pelos arquitetos modernos. Qual é, afinal, o potencial de transformação (ou de perpetuação) das relações de dominação inerente a tais propostas?

Na cozinha socializada dos soviéticos

Nas primeiras décadas do século XX, ideias como as “imagens de um futuro social-democrata” de Richter circulavam em todas as frentes políticas, positiva ou negativamente. Liberais acusavam socialistas e comunistas por quererem homogeneizar a produção, as necessidades e as pessoas; socialistas acusavam liberais por lidarem com as riquezas produzidas de modo irracional e injusto; e comunistas acusavam socialistas por almejarem reformas apenas parciais. Nesse contexto, a Revolução de 1917 representa uma oportunidade de tentar demonstrar a superação da domesticidade burguesa por uma nova cultura proletária de cooperação.

Depois da Revolução, meios de comunicação soviéticos como o jornal **Komsomolskaia Pravda** empreendem uma campanha sistemática contra as “quinquilharias” das casas pequeno-burguesas. Toda a sociedade soviética deveria se tornar uma “grande família”, numa nova cultura proletária que libertaria a mulher do trabalho privado para

inserir-la definitivamente no trabalho “produtivo”, socializando inclusive criação dos filhos, limpeza e preparo da comida. E todo cidadão teria direito natural à moradia e à participação em espaços públicos que absorveriam as antigas funções domésticas: cantinas, clubes, banhos, creches, parques esportivos, escolas e teatros. Correlato disso foi o combate ao patriarcado, com legalização do aborto, simplificação do divórcio, proibição da poligamia, repressão das agressões contra mulheres e o fim do mito da virgindade (reformas instituídas no Direito de Família de 1918 e em grande parte revogadas na revisão de 1936, comandada por Stálin).

A mesma Tarsila do Amaral que pintou o **Morro da Favela** e integrou a supracitada **Exposição da Casa Modernista** foi tocada por essa nova ordem social ao visitar a URSS em 1933:

Agora é que estou vendo a Rússia. Quanta fantasia sobre ela! Aqui as mães todas criam seus filhos. Depositam-nos em uma creche, no próprio lugar onde trabalham, durante o dia, isto é, nas 7 horas de trabalho. As crianças são bem cuidadas e alimentadas. Vive-se sem saber qual é o dia da semana, pois não há domingo nem feriado. Todos trabalham 4 dias e descansam no 5o em turmas diferentes, de maneira que o trabalho não se interrompe e cada dia da semana tem seu grupo que descansa. (...) Agora em todas as escolas, fábricas, usinas, hospitais, Institutos, teatros em toda parte só se fala no plano de 5 anos e todos procuram fazê-lo em menos tempo e afirmam que $2+2=5$. Muitas das empreitadas já foram executadas e esperam, num grande esforço coletivo, que o plano total termine no prazo. É por isso que aqui não existe o problema dos sem trabalho. Só não trabalha quem não quer.

As mulheres têm os mesmos direitos que o homem. Ganham a mesma coisa, conforme o trabalho. Há muitas que são soldados e saem pelas ruas com seus batalhões no meio dos homens. (...) Vi também uma clínica de abortos e assisti a algumas operações. Nessa clínica operam diariamente 60 mulheres quando elas provam que não podem ter o filho ou pela dificuldade de alojamento, ou porque não têm um marido, ou porque são doentes, ou porque são estudantes ou outra razão justa. (AMARAL, 1975, p. 380)

Havia portanto, na URSS desse período, um real intuito de reorganizar o trabalho de reprodução. O provimento habitacional correlato se fez inicialmente pela transformação das construções “pré-revolucionárias” em apartamentos comunitários (*kommunalnaya kvartira*), nos quais banheiros e cozinhas eram compartilhados e a vida privada e de cada família se restringia a 13m², delimitados por divisórias de compensado ou cortinas, sem isolamento acústico e muitas vezes sem iluminação natural.

Na prática, essa vida antidoméstica sob o novo regime significou um fardo enorme para as mulheres, não só pelo fato de gestação e parto não poderem ser socializados. O território comum das moradias era disputadíssimo e sua negociação ficava a cargo das mulheres. Exatamente pelo atrito que o uso coletivo forçado acabava gerando, o preparo dos alimentos – também tarefa feminina – continuou separado por famílias; o que resultou em cozinhas com tantos fogões lado a lado, quantas fossem as famílias abrigadas num mesmo apartamento. Na realidade, as mulheres soviéticas não deixaram de desempenhar as funções da dona de casa, apenas deixaram de ter casa. Susan Buck-Morss observa com muita pertinência que esse “arranjo infernal” tinha, todavia, uma vantagem: “O espaço era desideologizado no sentido de que as contradições do sistema eram vividas ali sem nenhum verniz que as encobrisse” (BUCK-MORSS, 2002, p.199/ tradução nossa)

Para remediar essa situação, que deveria ser provisória mas acabou se tornando definitiva para muita gente, a OSA (*Ob’edineniye Sovremennikh Arkhitektorov*, União dos Arquitetos Contemporâneos, fundada em 1925 por Moisey Ginzburg e Aleksandr Vesnin) propôs concursos públicos com o objetivo de encontrar soluções para o problema habitacional. O pivô da transição entre o antigo e o novo regime, no ambiente doméstico, foi justamente a cozinha. No bloco de apartamentos Narkomfin (Moscou, 1929), Ginzburg propôs um conjunto de moradias duplex, encadeadas e ligadas por um corredor central. Junto às unidades habitacionais havia cantina, ginásio de esportes, biblioteca e creche. A cozinha de cada unidade consistia num móvel compacto, que se pretendia eliminar assim que o morador se adaptasse ao uso da cantina comunitária. Segundo Ginzburg:

Não podemos forçar os ocupantes de uma construção específica a viver em coletividade, como tentamos fazer no passado, em geral com resultados negativos. Devemos oferecer a possibilidade de uma transição gradual e natural para o uso comunitário de certas áreas diferentes. Esse é o motivo pelo qual tentamos manter cada unidade isolada da subsequente, é por isso que julgamos necessário projetar o espaço da cozinha como um elemento padrão de tamanho mínimo, que pudesse ser retirado do apartamento de modo a permitir a introdução do sistema de cantinas comunitárias a qualquer momento. (apud FRAMP-TON, 1997, p. 209)

A produção habitacional soviética tinha por horizonte reeducar as pessoas quanto ao uso do espaço doméstico e, particularmente, da cozinha. Esse processo desencadearia uma situação oportuna para o Estado, pois as moradias poderiam se tornar mínimas se diversão, preparo de alimentos e cuidado diurno das crianças estivessem inteiramente dissociados da família e do espaço doméstico. Mas tais planos grandiosos (masculinos, em sua maioria) nunca se efetivaram. A situação de relativa igualdade feminina, que Tarsila ainda testemunhara em 1933, reverte-se num novo conservadoris-

mo já no fim da mesma década, e as mulheres soviéticas continuaram “donas de casa sem casa”, esperando décadas a fio por um apartamento não compartilhado com outras famílias.

Sempre se pode alegar que uma proposta arquitetônica falhou ou não se realizou do modo planejado porque estaria, na expressão de Lúcio Costa, “paradoxalmente ainda à espera da sociedade à qual, logicamente, deverá pertencer” (COSTA, 1995, p. 108). Arquitetos como Moisey Ginzburg seriam então a vanguarda, enquanto a vida cotidiana apenas se arrastava morosamente em direção às possibilidades vislumbradas. Mas toda prefiguração como a proposta por Ginzburg tem o defeito essencial das utopias positivas (isto é, munidas de conteúdos concretos): elas invertem um estado de coisas vigente, sem gerar algo propriamente novo. Assim, a substituição da cozinha doméstica pela cantina comunitária troca a tradicional dominação doméstica pela dominação da coletividade. A esfera da reprodução continua subjugada à lógica da produção e, ainda por cima, deve assemelhar-se a ela paulatinamente. Já a minicozinha em cada unidade, concessão de Ginzburg aos habitantes de espírito ainda pequeno-burguês, ecoa a experiência dos apartamentos comunitários com suas cozinhas compartilhadas e fogões separados. Na falta de adaptação às cantinas, os homens continuariam a ter sua comida “caseira” e as mulheres continuariam a prepará-la em espaços inadequados.

Na cozinha racionalizada da Europa central

O desenvolvimento do espaço do trabalho de reprodução na Europa central está exatamente na contramão do percurso acima descrito. Enquanto os soviéticos tentavam retirá-lo da moradia e socializá-lo, descalçando-o de fato, os países capitalistas mais desenvolvidos tentavam introduzir a racionalização industrial no próprio espaço doméstico.

Essa racionalização inicia-se ainda no século XIX, com intuito já então dito “científico”. A norte-americana Catherine Esther Beecher (1800-1878), irmã da célebre autora de **A cabana do Pai Tomás**, é a primeira grande defensora dessa causa. Em 1841, ela publica o **Treatise on domestic economy**, no qual analisa detalhadamente tarefas como cozinhar, lavar, limpar, arrumar a casa ou cuidar do jardim, pleiteando que deveriam ser aperfeiçoadas da mesma maneira que quaisquer atividades profissionais especializadas e que as mulheres deveriam ser treinadas para exercê-las “profissionalmente”. Anos depois, Beecher escreve **The American woman's home** (1869), onde apresenta, pela primeira vez, a cozinha nos moldes da linha de montagem, com bancadas de trabalho contínuas, à altura da cintura e providas de armários. Tal organização do trabalho de reprodução se difunde ao longo do século XIX em inúmeras publicações do mesmo gênero. Por um lado, elas se pautam no ideal vitoriano de uma ordem doméstica impecável (também no sentido moral) e, por outro lado, nos avanços técnicos do trabalho produtivo. Auge dessa tendência na Europa central é um livro intitulado **Die rationale**

Haushaltsführung (a administração doméstica racional), de Irene M. Witte (1894-1976), uma das primeiras mulheres especialistas em “gerenciamento científico”, que ocupou cargos administrativos importantes e foi aluna e tradutora de Taylor e Gilbreth.

O livro de Witte também inspira o primeiro projeto sistematizado de cozinhas no âmbito do Movimento Moderno, realizado em 1928 pela arquiteta Margarete Schütte-Lihotzky a convite de Ernst May. A nova cozinha-padrão é destinada aos programas de habitação social de Frankfurt, devendo atender em especial a mulheres empregadas em fábricas ou escritórios, para as quais o trabalho doméstico era sempre sobretrabalho. A meta de Schütte-Lihotzky é facilitar ao máximo as tarefas, partindo do método de Taylor e trazendo para o ambiente doméstico a otimização produtiva das fábricas. A aplicação do método consistiu em cronometrar e analisar cada movimento realizado na cozinha tradicional e, em seguida, reorganizar espaços e objetos de acordo com sequências lógicas que exigissem o mínimo de passos e gestos, diminuindo o tempo necessário a cada operação. Schütte-Lihotzky redefine a articulação da cozinha com outros cômodos, sua geometria, dimensão, iluminação e ventilação, e redesenha utensílios e equipamentos, introduzindo gavetas para alimentos a granel, luminárias móveis, tábua de passar roupas retrátil etc. Além disso, todos os materiais da “cozinha de Frankfurt” – como ficou conhecida – são laváveis, duráveis e de fácil manutenção; as cores seguem princípios de higiene e composição plástica. Pode-se dizer, enfim, que a arquiteta mobilizou todos os recursos técnico-científicos então disponíveis para tornar o trabalho doméstico tão “produtivo” quanto o fabril. Para viabilizar a execução, o projeto foi financiado pela Prefeitura de Frankfurt e amortizado por um acréscimo mínimo no valor dos aluguéis. Em 1930, cerca de 10.000 cozinhas idênticas haviam sido instaladas nas habitações sociais do programa de Ernst May.

Por mais que a cozinha de Frankfurt tenha nascido da (boa) intenção de amenizar o trabalho da mulher, há limitações evidentes. Ela segrega definitivamente o trabalho doméstico das funções de lazer e socialização da moradia; o que também significa reiterar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Conversar, ler ou ouvir rádio se tornam atividades reservadas à sala de estar e hermeticamente protegidas dos odores e calores da cozinha, cujos bem equipados 8m² mal comportam duas pessoas. E a cozinha de Frankfurt é inteiramente desenhada para o corpo da mulher de estatura mediana daquela época, de modo que os homens estavam de antemão dispensados do trabalho doméstico e as mulheres canhotas, baixas, altas ou gordas não tinham possibilidade de ajustar o espaço a suas próprias necessidades; isso sem mencionar eventuais “desvios” de desejos ou hábitos domésticos. Improvisos, apropriações ou ações não planejadas de antemão são tão difíceis aqui quanto nas linhas de produção das grandes indústrias. Finalmente, a nova cozinha implica a perda do valor social e simbólico da cozinha tradicional; ela deixa de ser o centro da casa e se torna uma espécie de laboratório, inserindo definitivamente

o ritmo e os preceitos da fábrica na esfera privada. Não que essa tendência tivesse sido ditada por Schütte-Lihotzky; na verdade, o projeto apenas confirma e concretiza tardiamente as mudanças em curso. No contexto urbano-industrial, a função da cozinha tradicional, assim como a da casa tradicional, não é mais do que reminiscência nostálgica.

Porém, essa reminiscência tem um papel ideológico crucial e, mais do que a sua rigidez ou seus preconceitos, o que derrubou a cozinha de Frankfurt foi sua objetividade. Como já dito, a industrialização capitalista faz do espaço doméstico o lugar por excelência da compensação. Toda a frustração do trabalho deve se justificar pelas conquistas domésticas. Os sonhos de felicidade e realização das classes não proprietárias e não intelectualizadas se condensam nesse espaço e nas possibilidades de consumo que ele oferece. O esquema da cozinha de Frankfurt poderia se enquadrar nas perspectivas do governo socialista daquela cidade nos anos 1920, tendo por pano de fundo a ideia de uma sociedade em que o espaço privado se tornaria menos relevante. Mas esse mesmo esquema é totalmente inadequado ao incremento do consumo e ao sonho doméstico que começa a predominar na década de 1930 e chega ao apogeu nos anos 1950, especialmente nos EUA. É impossível ter uma cozinha de Frankfurt e comprar uma lava-louças nova no Natal.

Na cozinha moderna sem modernização

Sempre que se considera que arquitetura, literatura ou artes modernas surgiram em contextos específicos de países europeus advém a questão: como falar do moderno numa sociedade de industrialização e urbanização incipientes e estruturada por uma dependência colonial, ainda por cima predominantemente portuguesa? Canclini afirma que na América Latina a ideia de modernidade chega por intermédio das elites, sem que exista o espaço modernizado. “Fomos colonizados pelas nações europeias mais atrasadas, submetidos à Contra-Reforma e a outros movimentos antimodernos” (CANCLINI, 2003, p. 67). Na interpretação de Canclini isso teria gerado, a partir do século XIX, as “ondas de modernização” responsáveis pela divulgação de ideais modernos, sempre segundo modelos estrangeiros e sempre destinados às elites.

A arquitetura moderna brasileira pode ser vista nessa perspectiva. Quando de suas primeiras manifestações, o problema do trabalho de reprodução, típico das sociedades industrializadas, tem por aqui proporções ainda modestas e está longe de afetar o público atendido pelos arquitetos (já que não havia programas habitacionais promovidos pelo Estado). Assim, a arquitetura moderna brasileira tende a ser moderna na aparência – ou, para dizê-lo de modo mais ameno, na expressão plástica – e conservadora nos chamados programas funcionais. O adjetivo “modernista” lhe cabe melhor do que “moderna”.

As três primeiras casas projetadas por Warchavchik – a da Rua Santa Cruz (1928), a da Rua Itápolis (1929/1930), men-

cionada no início deste texto, e a da Rua Bahia (1929/1930) – sofrem da incongruência do moderno sem modernização. Uma consequência disso é a muito comentada dificuldade do arquiteto em construir com elementos aparentemente industrializados sem que já existisse correspondente indústria da construção civil no país, isto é, lidando com processos artesanais de produção. Mas a incongruência não se evidencia somente aí, como também nas articulações funcionais, especialmente naquilo que diz respeito ao trabalho de reprodução.

Carlos Lemos descreveu como esse trabalho era equacionado espacialmente nas casas da elite brasileira em fins do século XIX: cozinha, despensa e adega ficavam num porão ou subsolo, ligadas a uma copa no andar térreo (cf. LEMOS, 1978). Esse padrão é, a um só tempo, congruente com a “casa grande” do meio rural brasileiro e com a moradia urbana da alta burguesia europeia oitocentista, da qual Kopp diz:

A residência burguesa supunha a presença de empregados domésticos para os quais estavam previstos “quartos de empregados” (...). Esse pessoal trabalhava na cozinha, eventualmente em uma copa e uma lavanderia, afastadas das peças principais da habitação: local de recepção, quartos de dormir, etc. As plantas dessas habitações eram concebidas de maneira a separar o mais radicalmente possível a zona de trabalho do pessoal de serviço da zona da vida dos proprietários ou locatários da habitação. (KOPP, 1990, p. 52)

As casas de Warchavchik mantêm a mesma estrutura: elas têm o núcleo de estocagem e preparo de alimentos isolado do conjunto principal da casa, com entrada independente e acesso à sala de jantar através da copa. Também não há indícios de que o arquiteto tivesse dedicado qualquer esforço de reelaboração ou *design* a essas áreas. Em todo o material de divulgação da casa da Rua Itápolis as áreas de serviço não são sequer mencionadas, assim como não comparecem nos registros fotográficos (salvo que algo nos tenha escapado). Enfim, Warchavchik adota partidos tradicionalmente segregadores e deixa de lado a possibilidade de inovação na estrutura espacial do trabalho de reprodução; o que faz supor que também a estrutura social desse trabalho não seria afetada pelo “modo de vida moderno” ali proposto.

Pode-se objetar que as casas de Warchavchik, em especial a da **Exposição da Casa Modernista**, ainda estariam inteiramente contidas no contexto institucional das artes plásticas, *a priori* distanciado da realidade social. Nesse sentido, representação e realidade – ou a celebração das mulheres pobres nos quadros e sua exploração na cozinha – não seriam propriamente contraditórias, já que pertenceriam a esferas axiológicas distintas. De fato, a exposição foi mais voltada ao mundo das artes do que ao mundo da vida. Oswald de Andrade a considerou balanço do que se produzira no Brasil em termos de arte moderna desde a Semana de 1922. Além dos objetos do próprio Warchavchik, incluiu obras de “Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Gomide, Di Cavalcanti, Cícero Dias, Anita Malfatti, Celso Antônio, Brecheret, Ester Bessel,

Oswaldo Goeldi, Jenny Klabin Segall”, objetos de *design* nacional, como “almofadas de Regina Gomide Graz, um baixo-relevo e um projeto vitral de John Graz, o ‘vaso de feira’ de Patrícia Galvão”; e *design* internacional, como “um bronze de Lipschitz, almofadas de Sonia Delaunay e Dominique, um tapete da ‘Bauhaus’ de Dessau, molduras de Pierre Legrain” (FERRAZ, 1965, p. 32). Finalmente, o evento contou com um elaboradíssimo material de divulgação, com convites pessoais enviados pelo arquiteto, reportagens em jornais locais e uma reportagem no jornal cinematográfico **Rossi Filme**, produzida especialmente por ocasião da inauguração. Em 14 de abril de 1930, seis dias antes do encerramento, o jornal **Diário da Noite** de São Paulo noticiava “a visita de vinte mil pessoas à mais completa mostra da arte brasileira” (FERRAZ, 1965, p. 85 e 93).

Contudo, um argumento se contrapõe a essa objeção. Por mais que a arquitetura ali tentasse reencontrar sua afinidade com as artes plásticas e reafinar as então chamadas artes decorativas, e por mais que se tratasse de uma espetacularização da domesticidade para o entretenimento de um público de elite, não se pode abstrair por completo sua relação com a vida cotidiana. Enquanto as configurações de quadros e esculturas ou mesmo de almofadas e tapetes podem comover, fazer pensar ou mesmo mobilizar o público, as configurações arquitetônicas incidem na vida direta e concretamente e – o que é mais importante – *são interpretadas nesse registro*. Assim, a casa da Rua Itápolis não se difundiu apenas como um modelo plástico, mas também, em certa medida, como um ideal de moradia. Flávio de Carvalho, por exemplo, diz que “a casa de Warchavchik representa para São Paulo uma mudança: ela é extranormal, em relação ao nosso ambiente construído” (CARVALHO, 1930, s.p.), ou seja, ele a reconhece como parte desse ambiente. Dito de outro modo: a casa de Warchavchik não é tomada pelo público como nova proposta de galeria, museu ou espaço de exposição, mas como *nova proposta de moradia*.

Reitera esse argumento o fato de as casas de Warchavchik terem figurado como modelos quando o problema da habitação das classes trabalhadoras começava a ser discutido com alguma sistematicidade pelos arquitetos brasileiros. Referimo-nos sobretudo ao Primeiro Congresso de Habitação realizado em São Paulo em 1931, no qual avaliaram-se tipos para a “casa operária” ou “casa popular”, racionalização de materiais e sistemas construtivos, produção em larga escala, abrandamento dos códigos de obras e sanitário, expansão horizontal da cidade e incentivos fiscais para a criação de loteamentos na periferia. Warchavchik participa do congresso no papel de representante do Ciam e, como São Paulo dispunha de poucos exemplos de habitações modernas, expõe seus trabalhos já construídos e leva os congressistas para conhecerem a Casa da Rua Bahia, como demonstração das possibilidades de padronização de elementos construtivos (FERRAZ, 1965, p. 114). O distanciamento relativo dos problemas sociais, que se poderia atribuir ao contexto de uma exposição de artes, certamente desaparece nesse novo contexto.

Pouco depois da Exposição da Casa Modernista e do Primeiro Congresso de Habitação, Warchavchik projeta com Lúcio Costa a Vila Operária da Gambôa (1932), na cidade do Rio de Janeiro, um investimento privado para aluguel. A proposta mescla princípios do Ciam sobre *Moradia Mínima* (1929) com modelos locais de casas operárias, ao passo que seu contraponto são os cortiços.⁵ A Vila tem 14 unidades: 12 casas de 30m² com dois quartos, sala, banheiro e cozinha, e dois quartos de 10m² com banheiro, destinadas aos zeladores. As diferenças mais marcantes em relação às casas operárias de então são a incorporação do banheiro ao interior da unidade (em lugar do acesso pelo quintal) e o *hall* de circulação dos quartos (comumente ligados entre si). As unidades têm, ainda, pequenas varandas na entrada e nos fundos, funcionando essa última como extensão da cozinha. Contudo, continua não havendo preocupação específica com esse espaço ou preocupação mais ampla com a maneira de realizar o trabalho de reprodução. O projeto segue, em escala reduzida, a setorização da casa burguesa e todos os seus pressupostos.

Resta saber se essas primeiras realizações da arquitetura modernista brasileira, que obliteram a dominação no âmbito doméstico, em lugar de problematizá-la de alguma maneira, são representativas dos desenvolvimentos ulteriores. A julgar pelo modernismo brasileiro mais festejado na historiografia, parece-nos que a ausência de reflexão crítica sobre as relações sociais de reprodução são de fato uma marca característica, que aliás prevalece até hoje. Por outro lado, falta uma leitura do assunto “a contrapelo” – para usar a expressão de Benjamin – que considere pelo menos dois outros âmbitos de produção do espaço arquitetônico (não necessariamente nessa ordem): o de arquitetos menos célebres e talvez mais próximos de uma real discussão crítica da sociedade; e o da produção externa ao campo dos arquitetos e projetistas em geral, isto é, o da produção informal, que é tão repleta de alternativas espaciais quanto o é de alternativas de sobrevivência.

Referências

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BUCK-MORSS, Susan. **Dreamworld and catastrophe**: the passing of mass utopia in East and West. Cambridge: MIT Press, 2002.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CARVALHO, Flávio. **Modernista Warchavchik**. Portal Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/flavio2.asp>>.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

5. Os cortiços das cidades brasileiras de fins do século XIX e início do século XX se assemelhavam muito aos “apartamentos comunitários” da URSS pós-revolucionária, bem como a outras adaptações de moradias burguesas pelas classes trabalhadoras recorrentes nas grandes cidades europeias. São sobrados convertidos por divisões e subdivisões dos cômodos, com latrina de uso comum. Na sala costumava-se colocar fogões coletivos, mas também houve esforços por improvisar cozinhas privativas – o chamado “cortiço pátio”. Suas unidades de 3m x 6m eram divididas em três cômodos: sala junto à entrada pelo pátio, quarto no centro e um cômodo com fogão nos fundos. Latrina e tanque com água corrente continuavam de uso coletivo (cf. BONDUKI, 2002, p. 22-25).

FERRAZ, Geraldo. **Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940.** São Paulo: Habitat, 1965.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Estúdio Nobel, 1990.

LEMONS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital:** estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro I.

MICHELI, Sergio. **Nacional estrangeiro:** história social e cultural do modernismo artístico de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MILL, John Stuart. **Principles of political economy.** Longmans, Green, 1909. <Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Mill/mIP14.html>>

MOURA, Mauro C. B. Para uma teoria da cultura. **Novos Rumos**, São Paulo, Ano 16, n. 35, p.35-46, 2001.

RICHTER, Eugen. **Sozialdemokratische zukunftsbilder:** Freinach Bebel. Berlin: Eisentumlich Frei, 1891.

ROBERTSON, Edward Stanley. The impracticality of socialism. In: MACKAY, Thomas (Ed.). **A plea for liberty:** an argument against socialism and socialistic legislation, consisting of an introduction by Herbert Spencer and essays by various writers. New York: Appleton, 1891. <Disponível em: <http://www.econlib.org/library/LFBooks/MckyT/mckyPL2.html>>.

SINGER, Paul. **O que é economia?** São Paulo: Contexto, 2003.

TODD, Allan. **Las Revoluciones.** 1789-1917. Madrid: Alianza, 2000.

Endereço para correspondência

Silke Kapp
e-mail: kapp.silke@gmail.com
Grupo de Pesquisa MOM
Escola de Arquitetura da UFMG
Rua Paraíba 697, sala 307 - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte - MG

Sulamita Fonseca Lino
e-mail: sulamitalino@em.ufop.br
Escola de Minas da UFOP
Campus Morro do Cruzeiro s/n, Bauxita
35.400-000 - Ouro Preto - MG